

Compromisso com a RSE no Pacto Global da Organização das Nações Unidas¹

Manuel Emílio Mota de Almeida
Delgado Castelo Branco

Doutoramento em Ciências Empresariais
Universidade do Porto
Porto, Portugal
Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade
Correio electrónico: mcbranco@fep.up.pt

Isabel Cristina da Silva Baptista

Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente
Universidade do Porto
Porto, Portugal
Correio electrónico: isacrisbaptista@hotmail.com

COMPROMISO CON LA RSE EN EL PACTO GLOBAL DE LA ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS

RESUMEN: En este trabajo se ha analizado el compromiso con la Responsabilidad Social Empresarial (RSE) en Europa buscando verificar si hay diferencias de conducta en función de la región de origen. El compromiso con la RSE se analizó por medio del grado de incumplimiento de la exigencia de divulgación de un informe titulado *Communication on Progress* por parte del Pacto Global de la Organización de las Naciones Unidas (PG-ONU) y el porcentaje de empresas pioneras en la adhesión al PG-ONU. Se utilizó una muestra de países europeos con empresas suscritas a esta iniciativa de la ONU. Los resultados sugieren que el compromiso con la RSE es mucho más grande por parte de las empresas de los países de Europa Occidental cuando se les compara con los países del ex Bloque Oriental y que es en los países de Europa Occidental, donde la economía coordinada es más fuerte (los países nórdicos), que este compromiso es más grande.

PALABRAS CLAVE: Responsabilidad social de las empresas, pacto global de la ONU, Europa.

COMMITMENT TO CSR IN THE UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT

ABSTRACT: In order to verify behavior differences linked to the region of origin, this paper analyses the commitment to Corporate Social Responsibility (CSR) in Europe. Commitment to CSR was analyzed according to the degree of non-compliance with the requirement of disclosure the document called *Communication on Progress* by the UN Global Compact (UN-GC) and the percentage of pioneer companies in adherence. A sample of European countries with companies subscribed to this initiative was used to develop the study. Results suggest that companies located in Western Europe show much greater commitment to CSR when compared to the countries of the former Eastern Bloc, and that commitment is bigger in countries in Western Europe where coordinated economy is stronger (Nordic countries).

KEYWORDS: Corporate Social Responsibility, UN Global Compact, Europe.

ENGAGEMENT EN MATIÈRE DE RSE DANS LE PACTE MONDIAL DES NATIONS UNIES

RÉSUMÉ : Ce document a analysé l'engagement de la responsabilité sociale des entreprises (RSE) en Europe, en cherchant à vérifier s'il existe des différences de comportement en fonction de la région d'origine. L'engagement à la RSE a été analysé par le degré de non-respect de l'obligation de la divulgation du rapport intitulée *Communication on Progress* par le Pacte mondial des Nations Unies (PMONU) et le pourcentage d'entreprises pionnières à adhérer au PMONU. On a utilisé un échantillon de pays européens avec des entreprises ayant souscrit cette initiative de l'ONU. Les résultats suggèrent que l'engagement envers la RSE est beaucoup plus grand de la part des entreprises des pays de l'Europe de l'Ouest, en comparaison avec les pays de l'ancien Bloc de l'Est, et que c'est dans les pays de l'Europe occidentale, où l'économie coordonnée est plus forte (pays nordiques), que cet engagement est plus grand.

MOTS-CLÉ : Responsabilité sociale de l'entreprise, Pacte mondial de l'ONU, Europe.

CORRESPONDENCIA: Manuel Castelo Branco. Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Rua Dr. Roberto Frias, 4200-464, Porto, Portugal.

CITACIÓN: Branco, M. C., & da Silva Baptista, I. C. (2015). Compromisso com a RSE no Pacto Global da Organização das Nações Unidas. *Innovar*, 25(58), 81-90. doi: 10.15446/innovar.v25n58.52427.

ENLACE DOI: <http://dx.doi.org/10.15446/innovar.v25n58.52427>.

CLASIFICACIÓN JEL: M14, M16, M10.

RECIBIDO: Febrero 2013, **APROBADO:** Mayo 2014.

RESUMO: Neste trabalho, analisou-se o compromisso com a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) na Europa procurando-se verificar se há diferenças de comportamento em função da região de origem. O compromisso com a RSE foi analisado por meio do grau de descumprimento da exigência de divulgação de um relatório designado *Communication on Progress* por parte do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (PG-ONU) e a percentagem de empresas pioneiras na adesão ao PG-ONU. Usou-se uma amostra de países europeus com empresas aderentes a essa iniciativa da ONU. Os resultados sugerem que o compromisso para com a RSE é maior por parte das empresas dos países da Europa Ocidental quando comparados com os países do Ex-Bloco de Leste e que é nos países da Europa Ocidental em que a economia coordenada é mais forte (os países nórdicos) que esse compromisso é maior.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade social das empresas, pacto global da ONU, Europa.

Introdução

A responsabilidade social empresarial (RSE) pode ser entendida como o compromisso contínuo das empresas de se comportarem de forma ética e contribuírem para o desenvolvimento económico, ao mesmo tempo em que melhoram a qualidade de vida dos seus trabalhadores e suas famílias, da comunidade local e da sociedade em geral (Holme & Watts, 2000).

São muitas as iniciativas de organizações nacionais e internacionais relacionadas com a RSE (o Pacto Global da Organização das Nações Unidas, a *Global Reporting Initiative*, os Princípios do Equador etc.). O interesse das

¹ Este artigo resulta da Dissertação de Mestrado submetida pela autora Isabel Baptista à Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal, para obtenção do grau de Mestre em Economia e Gestão do Ambiente, com o título *Compromisso com a Responsabilidade Social Empresarial na Europa: um estudo das empresas aderentes ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas*.

grandes empresas em instrumentos como os relatórios de sustentabilidade tem crescido a olhos vistos ao longo das últimas décadas (KPMG, 2008, 2011, 2013). Tudo isso é evidência de um crescimento da importância da RSE. O reconhecimento da responsabilidade social implica a necessidade de identificar a importância da divulgação de informações sobre as atividades das empresas relacionadas com essa mesma responsabilidade.

Há muita literatura académica sobre RSE e o seu relato. Efetuaram-se várias revisões da literatura (Lockett *et al.*, 2006; Mathews, 1997; Owen, 2008; Parker, 2005) e muitos estudos sobre o tema continuam a aparecer. No entanto, estudos empíricos que comparam as práticas de RSE entre diferentes países utilizando um enquadramento teórico que permita levantar hipóteses de investigação sobre as diferenças ao nível dessas práticas são relativamente recentes (Chen & Bouvain, 2009; Jackson & Apostolakou, 2010; Gjølborg, 2009).

Argandoña e von Weltzien (2009, p. 229) argumentam que, apesar de existirem elementos comuns entre os modelos anglo-saxónicos (americano e britânico) e os modelos europeus (continental, escandinavo, mediterrânico etc.) de RSE, há também características singulares que os diferenciam. Com base num enquadramento de análise baseado na distinção entre economias de mercado liberal (EML) e as economias de mercado coordenado (EMC) (Chen & Bouvain, 2009; Jackson & Apostolakou, 2010), este trabalho propõe-se analisar as diferenças entre países europeus em termos do envolvimento das empresas na iniciativa de RSE do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (PG-ONU). Em particular, este estudo trata a seguinte questão de investigação: os países europeus com modelos mais desenvolvidos de RSE apresentam maiores níveis de envolvimento no PG-ONU? O nível de envolvimento nessa iniciativa será analisado em termos de nível de descumprimento do requisito de divulgação de informação e de grau de pioneirismo em termos de adesão.

Do enquadramento de análise adotado derivam as seguintes expectativas: as empresas de países oriundos da Ex-Europa de Leste apresentam um maior grau de descumprimento da exigência de divulgação de informação e um menor grau de pioneirismo na adesão ao PG-ONU do que as empresas dos países da Europa Ocidental; as empresas dos países nórdicos apresentam menor grau de descumprimento da exigência de divulgação de informação e maior grau de pioneirismo do que os demais países da Europa Continental.

A próxima secção diz respeito à revisão da literatura relevante e desenvolve as hipóteses a testar. A secção 3 apresenta a metodologia seguida. A secção 4 apresenta a análise e a discussão dos resultados. Finalmente, apresentam-se as

principais conclusões e limitações do trabalho, assim como algumas sugestões para investigação futura.

Revisão da literatura e hipóteses

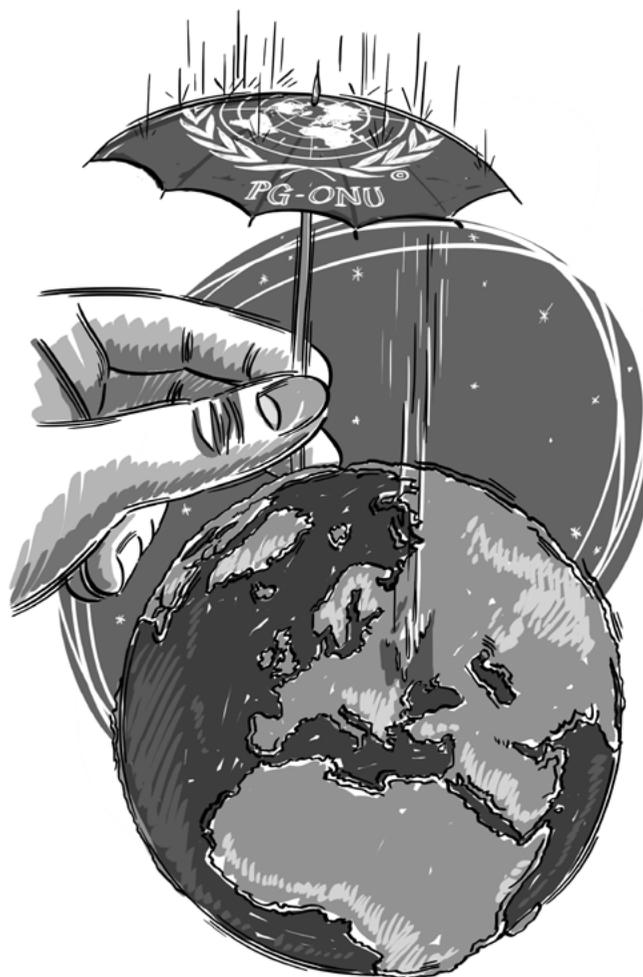
A literatura sobre RSE é extensa. Nos últimos anos, a ligação entre os conceitos de RSE e desenvolvimento sustentável tem sido bastante explorada e a noção de "sustentabilidade empresarial", a qual é entendida neste trabalho como uma designação diferente para as mesmas realidades que trata o conceito de RSE, tem adquirido um lugar proeminente em toda a investigação e agendas políticas nacionais e internacionais.

A relação íntima entre os dois conceitos tratados anteriormente está bem patente na definição de RSE de Holme e Watts (2000), de acordo com a qual a RSE é entendida como um compromisso contínuo das empresas de se comportarem de forma ética e contribuírem para o desenvolvimento económico, ao mesmo tempo em que melhoram a qualidade de vida da sua força de trabalho e das suas famílias, da comunidade local e da sociedade em geral. Agir de forma socialmente responsável ou sustentável não significa apenas cumprir as normas legais, mas também inclui ir além da conformidade com a lei e investir em capital humano, ambiental e nas próprias relações com todas as partes interessadas (Isaksson & Steimle, 2009).

Entre os principais instrumentos que as empresas podem utilizar para se envolverem na RSE e comunicarem as suas atividades socialmente responsáveis contam-se o PG-ONU e as diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI). O PG-ONU teve origem numa proposta do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, em 2000. Inicialmente eram propostos nove princípios relacionados com a RSE, nas áreas dos direitos humanos, trabalho e ambiente. Em 2004, acrescentou-se mais um novo princípio, o décimo, relacionado com a corrupção.

Atualmente, o PG-ONU estabelece dez princípios fundamentais sobre as áreas dos direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e anticorrupção e visa impulsionar o compromisso público e voluntário das empresas em cumpri-los (UNGC, 2008). Esses dez princípios fundamentam-se em declarações aceites, nomeadamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração da Organização Internacional do Trabalho e a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento. O PG-ONU tem caráter voluntário e orientado para o diálogo e a aprendizagem. Além disso, procura materializar os seus princípios nas organizações de todo o mundo.

Os dez princípios dizem respeito a quatro áreas distintas: os direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate



à corrupção. Os direitos humanos são abordados nos dois primeiros princípios, de acordo com os quais as empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente e certificar-se de que não são cúmplices em abusos destes.

Os quatro princípios seguintes dizem respeito ao trabalho e estipulam que as empresas devem defender: a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva; a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; a erradicação efetiva do trabalho infantil; e a eliminação da discriminação no emprego e ocupação.

Depois, há três princípios relacionados com o meio ambiente, segundo os quais as empresas devem apoiar uma abordagem preventiva sobre os desafios ambientais, desenvolver iniciativas a fim de promover maior responsabilidade ambiental e incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente sustentáveis.

Finalmente, o décimo princípio do PG-ONU diz respeito ao combate à corrupção e estipula que as empresas devem

combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e suborno.

Às empresas aderentes ao PG-ONU, exige-se que preparem e divulguem anualmente um relatório intitulado *Communication on Progress* (CoP), no qual fornecem informação sobre as suas atividades para a defesa dos princípios do PG-ONU, bem assim como dos resultados destas (UNGC, 2007). A CoP pode ser incluída no relatório e contas ou no relatório de sustentabilidade, abrindo-se assim a porta para uma utilização conjunta do PG-ONU e das diretrizes da GRI como instrumentos para as empresas implementarem as suas políticas de RSE. Se as empresas falham esse requisito um ano, são designadas "*non-communicating*". Se o fazem dois anos, são excluídas (*delisted*) do PG-ONU. Entre 2005, altura em que a política relacionada com a CoP referida no parágrafo anterior foi introduzida, e abril de 2012, 3.200 empresas foram excluídas (Rasche *et al.*, 2012).

Essa política do PG-ONU faz parte das Medidas de Integridade dessa organização e tem como propósito assegurar e aprofundar o compromisso dos participantes, salvaguardar a integridade da iniciativa e criar um repositório de práticas

empresariais que sirva como base para melhoria contínua do desempenho (UNGC, 2007). Para as empresas, o CoP é um instrumento de exercício de liderança, facilitação da aprendizagem, estimulação do diálogo e promoção da ação (Rasche *et al.*, 2012).

Rasche *et al.* (2012) salientam dois aspetos importantes do PG-ONU: não contempla um conjunto de regulamentos com base nos quais seja possível medir e verificar o cumprimento dos seus princípios; não propõe uma estrutura de relato propriamente dita, não define indicadores sociais e ambientais para relato nem prevê verificação externa dos relatórios submetidos pelos participantes. O PG-ONU tem sido criticado principalmente por não contemplar a verificação independente de infrações e penalizações para elas, e é utilizado o mais das vezes como instrumento de marketing (Deva, 2006; Nason, 2008; Williams, 2004).

A GRI foi lançada em 1997 pelo *United Nations Environment Programme*, em colaboração com a *Coalition for Environmentally Responsible Economies*, para desenvolverem as diretrizes internacionais que as empresas utilizariam para elaborar os relatórios de sustentabilidade. A GRI propõe indicadores de desempenho económicos, ambientais e sociais. Em 1999 a GRI lançou como proposta as primeiras diretrizes, no entanto a primeira versão das diretrizes foi publicada em 2000. Em 2002, foi lançada uma segunda versão e a terceira versão foi lançada em 2006 e atualizada em 2011. A mais recente versão foi lançada em 2013 (GRI, 2013). Entende-se que este é o melhor conjunto de diretrizes para elaborar os relatórios de sustentabilidade no âmbito mundial (Brown *et al.*, 2009; Isaksson & Steimle, 2009).

As diretrizes da GRI são um complemento importante para que o PG-ONU se torne uma força significativa ao ser um mecanismo adequado para verificar e monitorizar os esforços que as empresas têm realizado para estimular a transparência e a responsabilização (Williams, 2004).

Neste estudo, utiliza-se a distinção entre EML e EMC como enquadramento para análise das práticas de RSE. Tradicionalmente, a distinção é entre EML nos países anglo-saxónicos (Austrália, Canadá, Irlanda, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos da América) e EMC na Europa Continental (Alemanha, Suíça, Áustria e Holanda, entre outros) e Japão. De acordo com Jackson e Apostolakou (2010), as EML são caracterizadas por financiamento por meio de capital social, propriedade dispersa, mercados ativos para o controle corporativo, a cooperação fraca entre empresas e mercados de trabalho flexíveis. Por seu lado, as EMC são caracterizadas por um financiamento de longo prazo por meio de capital alheio, elevada concentração acionista, mercados fracos para o controle

corporativo, forte cooperação entre empresas e mercados de trabalho rígidos. Os estudos que usam esse tipo de enquadramento são poucos e recentes. Chen e Bouvain (2009), Gjørlberg (2009), Jackson e Apostolakou (2010), Matten e Moon (2008) e Midttun *et al.* (2006) encontram-se entre os mais relevantes para este trabalho.

Midttun *et al.* (2006) analisaram o compromisso com a RSE como um sinal de reencastamento da economia num contexto social mais vasto, subsequente a um período de exposição ao mercado neoliberal, desregulamentação e separação das preocupações económicas e sociais. Esses autores procuraram explorar as relações entre esse recente encastramento social da economia e as tradições mais antigas de encastramento (como o estado providência). O estudo empírico por eles efetuado passou por analisar como 17 países da Europa Ocidental e os Estados Unidos se posicionavam em termos de “velho” encastramento comparando tal posicionamento com o posicionamento no ranking de RSE (novo encastramento). Foram testadas duas hipóteses: a primeira, de simetria de encastramento, assumia que haveria uma correlação positiva entre o velho e o novo encastramento; a segunda hipótese, pelo contrário, assumia o contrário. Os resultados globais oferecem algum suporte à ideia de relação simétrica entre o velho encastramento e o novo encastramento. Não obstante, uma análise mais fina revela muita diversidade nos resultados.

Matten e Moon (2008) compararam a RSE na Europa com a RSE nos Estados Unidos e propõem uma distinção entre a RSE “implícita” e a “explícita”. Esses autores sugeriram que as empresas oriundas de economias liberais, como a dos Estados Unidos, tendem a adotar uma forma mais explícita de RSE, enquanto as empresas de economias coordenadas, como as europeias, têm uma RSE incorporada num quadro de regulamentação mais institucional e legal.

Chen e Bouvain (2009) compararam os relatórios de RSE nas páginas web de empresas dos Estados Unidos da América, do Reino Unido, da Austrália e da Alemanha. Esses autores consideraram que, enquanto os Estados Unidos, o Reino Unido e a Austrália faziam parte do grupo das EML, já a Alemanha seria um exemplo importante de uma EMC. Procuraram perceber se a adesão ao PG-ONU seria um fator explicativo importante do relato de RSE e se estaria a sobrepor a fatores relacionados com o setor industrial e com o país de origem das empresas. A sua expectativa era que se verificasse uma importante semelhança entre o relato de RSE de empresas dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Austrália, quando comparado com o relato de RSE das empresas alemãs. As conclusões do estudo de Chen e Bouvain sugerem que a adesão ao PG-ONU tem tido efeito apenas em certas áreas da comunicação da RSE (a

que dizem respeito ao meio ambiente e aos trabalhadores) e que a forma de promoção da RSE e os temas enfatizados no relato de RSE das empresas variam significativamente conforme o país de que são oriundas.

A distinção entre EMC e EML foi ainda mais desenvolvida por Jackson e Apostolakou (2010). Esses autores consideraram diversas subcategorias de EMC, cada uma delas agrupavam os países latinos, os países nórdicos e os países da Europa Central. Eles propuseram uma tipologia com quatro grupos diferentes de países: países anglo-saxônicos (Reino Unido, Irlanda), países nórdicos (Suécia, Noruega, Finlândia, Dinamarca), países da Europa Central (Suíça, Holanda, Alemanha, Bélgica, Áustria) e países latinos (Espanha, Portugal, França, Itália, Grécia). Jackson e Apostolakou descobriram no seu estudo que as empresas dos países anglo-saxônicos obtinham uma maior pontuação na maioria das dimensões da responsabilidade social quando comparadas com as empresas dos países da Europa Central. Descobriram ainda que os três grupos de EMC poderiam ser ordenados relativamente à pontuação obtida nas três dimensões de RSE da seguinte forma: em primeiro lugar, com maior pontuação, os países anglo-saxônicos; em segundo lugar, os países da Europa Central; em último lugar, os países latinos e os países nórdicos. Esses resultados não estavam de acordo com as expectativas e hipótese desses autores, de acordo com as quais seria verosímil a RSE espelhar os padrões de envolvimento institucionalizado dos *stakeholders* nas EMC e seria expectável que as empresas com sede nos países de EMC adotassem práticas de RSE mais extensas do que as empresas com sede em países de EML.

Jackson e Apostolakou (2010) consideram que esses resultados dão suporte à tese de Matten e Moon (2008) de que as práticas voluntárias de RSE nas EML seriam um substituto para formas institucionalizadas de participação dos *stakeholders* características das EMC.

Outro estudo importante sobre esse tópico que obteve resultados diferentes dos de Jackson e Apostolakou, é o de Gjølborg (2009), que compara a RSE em 20 países da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) por meio do desenvolvimento de dois índices, um que mede as práticas de RSE e o outro que mede o desempenho em termos de RSE. Os dois índices revelam importantes diferenças entre os 20 países. Os dois índices apresentam resultados muito semelhantes, nos quais aparece em primeiro lugar a Suíça, seguida dos países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia), aos quais se seguem Holanda, Austrália, Reino Unido e Canadá. Portugal, Itália, Irlanda e Grécia apresentam-se no fim da tabela, em conjunto com os Estados Unidos.

Enquanto o estudo de Jackson e Apostolakou (2010) utilizou uma amostra de 274 empresas das 1.000 maiores do mundo, Gjølborg (2009) não usou uma metodologia baseada em amostra de empresas. Poderá, por isso, dar uma imagem mais adequada das práticas e desempenho de RSE nacionais, uma vez que a maior parte do tecido empresarial da generalidade dos países não é constituída por empresas de grande dimensão e multinacionais.

Há também poucos estudos que comparem a RSE nos países da Europa Ocidental com os da Europa Central e de Leste. Entre os estudos que o fazem, destacam-se os de Reynaud *et al.* (2007) e de Steurer e Konrad (2009). Estes últimos estudaram as diferenças entre a RSE das principais empresas dos países da Europa Ocidental e de alguns dos mais recentes países membros da União Europeia oriundos da Europa Central e de Leste que são líderes no relato de RSE. Uma das importantes descobertas do estudo se refere a que os relatórios de responsabilidade social na União Europeia não são tão avançados e generalizados como na Europa Ocidental, mesmo entre as maiores empresas com uma forte orientação internacional.

Reynaud *et al.* (2007) analisaram se as decisões estratégicas são mais orientadas para aspetos sociais na Europa Ocidental e se são mais orientadas para o mercado nos países do Ex-Bloco de Leste Europeu. Os resultados sugerem que os gestores das empresas da Europa Ocidental têm uma forte orientação social. Reynaud *et al.* (2007) sugerem ainda que os gestores das empresas da Europa Ocidental podem estar mais predispostos e também serem mais capazes de desenvolver e implementar programas de RSE.

Com base nos estudos apresentados acima, as expectativas a testar no restante deste trabalho são as relacionadas a seguir.

1. *Entre as empresas aderentes ao PG-ONU, o grau de descumprimento da exigência de divulgação do CoP é maior no caso dos países do Ex-Bloco de Leste da Europa do que no caso dos países da Europa Ocidental (hipótese 1).*
2. *Entre as empresas aderentes ao PG-ONU dos países da Europa Ocidental, o grau de descumprimento da exigência de divulgação do CoP é menor no caso dos países nórdicos do que nos casos dos outros países (hipótese 2).*
3. *Entre as empresas aderentes ao PG-ONU, as empresas dos países da Europa Ocidental revelam maior pioneirismo em termos de adesão do que as dos países do Ex-Bloco de Leste (hipótese 3).*

4. *Entre as empresas aderentes ao PG-ONU dos países da Europa Ocidental, as empresas dos países nórdicos revelam maior pioneirismo em termos de adesão do que as dos outros países (hipótese 4).*

Metodologia

Para se efetuar este estudo, recorreu-se à base de dados das organizações aderentes ao PG-ONU, disponível na página web dessa organização. Consideraram-se todas as empresas oriundas de países europeus. Como se pode verificar na Tabela 1, a amostra é composta por 46 países e 3.481 empresas. A Europa de Leste apresenta 24 países e 480 empresas, enquanto a Europa Anglo-saxônica apenas 2 países (Reino Unido e Irlanda) e 196 empresas. A Europa do Norte e a Europa Mediterrânica contam 5 países cada uma, mas enquanto a primeira apresenta 458 empresas, a segunda apresenta 1.183.

TABELA 1. Caracterização da amostra

Região	N. Países	N. Empresas
Europa Central	10	1.164
Europa de Leste	24	480
Europa do Norte	5	458
Europa Mediterrânica	5	1.183
Europa Anglo-saxônica	2	196
Total	46	3.481

Fonte: Elaboração própria.

Considerando as hipóteses enunciadas na secção anterior, as variáveis explicadas são a variável "descumprimento" e a variável "pioneirismo". A primeira das variáveis referidas reflete a percentagem de empresas de um determinado país consideradas "non communicating", por não apresentarem uma *Communication on Progress* no prazo estipulado. A segunda variável manifesta a percentagem de empresas de um determinado país consideradas pioneiras em termos de adesão ao PG-ONU (adesão nos dois primeiros anos, 2001 e 2002).

Na base de dados referida, recolheu-se informação sobre a data de adesão e o fato de serem consideradas "non communicating". Foi recolhida informação atualizada até o dia 30 de junho de 2012. Essa informação foi trabalhada e analisada e é a ela que dizem respeito os resultados apresentados neste estudo e a respetiva discussão.

Devido à natureza exploratória deste trabalho, são utilizados métodos estatísticos bivariados para testar as relações entre região (países da Europa Ocidental vs. países do Ex-Bloco de Leste e países da Europa do Norte vs. demais países da Europa Ocidental), percentagem de empresas cumpridoras e percentagem de pioneiras em

termos de adesão. Mais especificamente, utilizou-se o teste de *Mann-Whitney*. Trata-se de um teste não paramétrico, particularmente adequado ao tratamento de amostras de pequena dimensão, o qual é o caso da amostra usada neste trabalho (46 países). Os resultados dos testes estatísticos efetuados são apresentados na secção seguinte, os quais foram obtidos com o uso do *software IBM SPSS Statistics*, versão 21.

Resultados

Análise descritiva

Como se pode verificar na Tabela 2, conforme esperado, a percentagem de empresas não cumpridoras e consideradas *non-communicating* é bastante mais elevada nos países do Ex-Bloco de Leste do que nos países da Europa Ocidental (38% contra 15%). Por outro lado, verifica-se também que, de acordo com as expetativas expostas no capítulo anterior, são os países nórdicos os que apresentam uma menor percentagem de empresas não cumpridoras (6%).

TABELA 2. Empresas consideradas *non-communicating* por região

Região	N. de <i>non-communicating</i>	% de <i>non-communicating</i>
Europa Anglo-saxônica	33	17%
Europa Central	187	16%
Europa de Leste	180	38%
Europa do Norte	28	6%
Europa Mediterrânica	207	17%
Total	635	18%

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com os dados constantes da Tabela 3, a percentagem de empresas que aderiram ao PG-ONU nos dois primeiros anos (2001 e 2002) dos países do Ex-Bloco de Leste (0,21%) é bastante mais baixa do que a dos países da Europa Ocidental (1,67%). Não obstante, é de referir a baixa percentagem de empresas pioneiras entre as empresas dos países mediterrânicos (25%), pouco maior do que a dos países do Ex-Bloco de Leste. Verifica-se, por outro lado, que a região que apresenta maior percentagem de empresas pioneiras foi a Europa Anglo-saxônica (5,61%), seguida da Europa do Norte (2,62%). Este último resultado não está consonante com as expetativas apresentadas na secção 2.

Testes de hipóteses

Relativamente à primeira hipótese, conforme se pode ver na Tabela 4, a diferença entre os países da Europa Ocidental e os do Ex-Bloco de Leste em termos de descumprimento é

estatisticamente significativa; além disso, verifica-se que os países da segunda região referida se revelam bastante mais descumpridores. Valida-se assim a primeira hipótese.

TABELA 3. Empresas pioneiras por região

Região	N. pioneiras	% de pioneiras
Europa Anglo-saxônica	11	5,61%
Europa Central	24	2,06%
Europa de Leste	1	0,21%
Europa do Norte	12	2,62%
Europa Mediterrânea	3	0,25%
Total	51	1,47%

Fonte: Elaboração própria.

TABELA 4. Descumprimento nos países da Europa Ocidental vs. países do Ex-Bloco de Leste

Postos				
	Região	N.	Posto médio	Soma dos postos
Descumprimento	Europa Ocidental	22	16,02	352,50
	Ex-Bloco de Leste	24	30,35	728,50
	Total	46		

Estatísticas do teste	
	Descumprimento
Mann-Whitney U	99,500
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,000

Fonte: Elaboração própria.

No que toca à segunda hipótese, os dados constantes da Tabela 5 permitem confirmar que a diferença entre os países da Europa do Norte e os demais países da Europa Ocidental em termos de descumprimento é estatisticamente significativa (para um grau de significância de 10%); verifica-se também que os países da primeira região referida se revelam bastante menos descumpridores. A hipótese 2 é também validada.

TABELA 5. Descumprimento nos países da Europa do Norte vs. outros países da Europa Ocidental

Postos				
	Região	N.	Posto médio	Soma dos postos
Descumprimento	Outros	17	12,82	218,00
	Europa do Norte	5	7,00	35,00
	Total	22		

Estatísticas do teste	
	Descumprimento
Mann-Whitney U	20,000
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,076

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 6 permite constatar que a diferença entre os países da Europa Ocidental e os países do Ex-Bloco de Leste em termos de percentagem de empresas aderentes nos dois primeiros anos de vida do PG-ONU é estatisticamente significativa; além disso, verifica-se que a percentagem de pioneiras nos países da primeira região é bastante superior à da segunda. Valida-se também a hipótese 3.

TABELA 6. Pioneirismo nos países da Europa Ocidental vs. países do Ex-Bloco de Leste

Postos				
	Região	N.	Posto médio	Soma dos postos
Pioneiras	Europa Ocidental	22	29,64	652,00
	Ex-Bloco de Leste	24	17,88	429,00
	Total	46		

Estatísticas do teste	
	Pioneiras
Mann-Whitney U	129,000
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,000

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 7 evidencia que a diferença entre os países da Europa do Norte e os demais países da Europa Ocidental em termos de percentagem de empresas aderentes nos dois primeiros anos de vida do PG-ONU e verifica-se que a percentagem de pioneiras nos países da primeira região é bastante superior à da segunda. Valida-se também a hipótese 4.

TABELA 7. Pioneirismo nos países da Europa do Norte vs. outros países da Europa Ocidental

Postos				
	Região	N.	Posto médio	Soma dos postos
Pioneiras	Outros	17	10,56	179,50
	Norte da Europa	5	14,70	73,50
	Total	22		

Estatísticas do teste	
	Pioneiras
Mann-Whitney U	26,500
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,188

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados obtidos permitem, em geral, confirmar os resultados obtidos em estudos anteriores. Conforme se pode verificar, em consonância com os resultados de Reynaud *et al.* (2007) e de Steurer e Konrad (2009), as empresas dos países da Europa Ocidental revelam um maior compromisso com a RSE dos que as dos países do Ex-Bloco de Leste. Por outro lado, em consonância com as expectativas de Jackson

e Apostolakou (2010) e os resultados de Gjøberg (2009), parece ser nos países onde a economia coordenada é mais forte (países nórdicos) que se verifica um maior comprometimento com a RSE.

Conclusão

A importância da RSE, definida pela “um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo” (European Commission, 2001, p. 5), tem visto a sua importância aumentar nas últimas décadas.

Cada vez mais as empresas integram preocupações de natureza social e ambiental nas suas operações e na sua interação com os seu diversos *stakeholders*, não só como forma de assegurar um estatuto de legitimidade, mas também como forma de aumentar a sua reputação, motivar os seus trabalhadores etc. Ou seja, a RSE é também vista como um investimento com os seus custos e benefícios.

Diversos instrumentos têm sido utilizados pelas empresas no estabelecimento de políticas de RSE. Um dos mais importantes e difundidos é, sem dúvida, o PG-ONU, criado em 2001.

Neste trabalho, procurou-se analisar se as empresas de países europeus com modelos mais desenvolvidos de RSE apresentam níveis de compromisso com o PG-ONU mais elevados. Tal compromisso foi medido por meio do grau de descumprimento da exigência de divulgação de um relatório designado *Communication on Progress* por parte do PG-ONU e também pela percentagem de empresas pioneiras na adesão ao PG-ONU. Usou-se uma amostra de países europeus com empresas aderentes a essa iniciativa da ONU.

Foram desenvolvidas hipóteses a testar que sugeriam que o grau de descumprimento da exigência de divulgação do CoP seria maior e o grau de pioneirismo menor no caso dos países do Ex-Bloco de Leste da Europa relativamente ao caso dos países da Europa Ocidental (hipóteses 1 e 3) e que, relativamente aos países da Europa Ocidental, as empresas dos países nórdicos apresentariam menor grau de descumprimento da exigência de divulgação do CoP e maior pioneirismo em termos de adesão do que as empresas dos outros países (hipóteses 2 e 4). Todas as hipóteses saíram validadas da análise dos dados.

Os resultados sugerem que o compromisso para com a RSE é bastante maior por parte das empresas dos países da Europa Ocidental quando comparados com os países do Ex-Bloco de Leste, como outros estudos anteriores sugeriam (Reynaud *et al.*, 2007; Steurer & Konradl, 2009).

Verificou-se também que são as empresas dos países da Europa Ocidental em que a economia coordenada é mais forte (os países nórdicos) que esse compromisso é maior. Este resultado vai de encontro ao que tem vindo a ser sugerido por um conjunto de estudos sobre o tema (Chen & Bouvain, 2009; Jackson & Apostolakou, 2010; Gjøberg, 2009; Midttun *et al.*, 2006).

O fornecimento de novos dados sobre as práticas de RSE das empresas com base nas EMC e EML e a comparação dessas práticas são as duas principais contribuições deste estudo. Os resultados obtidos permitem validar as expectativas derivadas da literatura baseada na distinção entre EML e EMC, de acordo com as quais a RSE nas EMC espelharia os padrões de envolvimento institucionalizado dos *stakeholders*, e as empresas com sede nos países de EMC adotariam práticas de RSE mais extensas do que as empresas com sede em países de EML. No entanto, este estudo também apresenta limitações, entre as quais se destacam o fato de o compromisso com a RSE ter sido apenas medido por meio do envolvimento no PG-ONU e terem sido utilizados métodos estatísticos muito simples.

Como sugestões para investigação futura afiguram-se como particularmente relevantes a de utilizar mais dados disponíveis na base de dados do PG-ONU, que incluam países de outras áreas geográficas, e recorrer a métodos estatísticos multivariados e a de usar, em conjunto com a adesão ao PG-ONU, a adesão a outros instrumento de RSE (tal como a GRI).

Referências

- Argandoña, A., & von Weltzien, H. (2009). Corporate Social Responsibility: One Size Does Not Fit All. Collecting Evidence from Europe. *Journal of Business Ethics*, 89, 221-234. doi: 10.1007/s10551-010-0394-4.
- Brown, H. S., de Jong, M., & Lessidrenska, T. (2009). The rise of the Global Reporting Initiative: a case of institutional entrepreneurship. *Environmental Politics*, 18(2), 182-200. doi: 10.1080/09644010802682551.
- Chen, S., & Bouvain, P. (2009). Is Corporate Responsibility Converging? A Comparison of Corporate Responsibility Reporting in the USA, UK, Australia, and Germany. *Journal of Business Ethics*, 87, 299-317. doi: 10.1007/s10551-008-9794-0.
- Deva, S. (2006). Global Compact: A critique of the U.N.'s “public-private” partnership for promoting corporate citizenship. *Syracuse Journal of International Law and Commerce*, 34(1), 107-151.
- Gjøberg, M. (2009). Measuring the immeasurable? Constructing an index of CSR practices and CSR performance in 20 countries. *Scandinavian Journal of Management*, 25, 10-22. doi: 10.1016/j.scaman.2008.10.003.
- GRI (Global Reporting Initiative) (2013). *G4 Sustainability Reporting Guidelines: Reporting Principles and Standard Disclosures*. Global Reporting Initiative.
- Holme, R., & Watts, P. (2000). *Corporate Social Responsibility: Making Good Business Sense*. World Business Council for Sustainable Development.

- Isaksson, R., & Steimle, U. (2009). What does GRI-reporting tell us about corporate sustainability? *The TQM Journal*, 21(2), 168-181. doi: <http://dx.doi.org/10.1108/17542730910938155>.
- Jackson, G., & Apostolou, A. (2010). Corporate Social Responsibility in Western Europe: An Institutional Mirror or Substitute? *Journal of Business Ethics*, 94, 371-394. doi: 10.1007/s10551-009-0269-8.
- KPMG (2008). *KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2005*. KPMG.
- KPMG (2011). *KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2008*. KPMG.
- KPMG (2013). *KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2013*. KPMG.
- Rasche, A., Waddock, S., & McIntosh, M. (2012). The United Nations Global Compact: Retrospect and Prospect. *Business and Society*, 52(1), 6-30. doi: 10.1177/0007650312459999.
- Lockett, A., Moon, J., & Visser, W. (2006). Corporate Social Responsibility in Management Research: Focus, Nature, Salience and Sources of Influence. *Journal of Management Studies*, 43(1), 115-136. doi: 10.1111/j.1467-6486.2006.00585.x.
- Mathews, M. (1997). Twenty five years of social and environmental accounting research: is there a silver jubilee to celebrate? *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 10(4), 481-531. doi: <http://dx.doi.org/10.1108/EUM0000000004417>.
- Matten, D., & Moon, J. (2008). "Implicit" and "explicit" CSR: a conceptual framework for a comparative understanding of corporate social responsibility. *Academy of Management Review*, 33(2), 404-424. doi: 10.5465/AMR.2008.31193458.
- Midttun, A., Gautesen, K., & Gjørlberg, M. (2006). The political economy of CSR in Western Europe. *Corporate Governance*, 6(4), 369-385. doi: <http://dx.doi.org/10.1108/14720700610689496>.
- Nason, R. W. (2008). Structuring the Global Marketplace: The Impact of the United Nations Global Compact. *Journal of Macromarketing*, 28(4), 418-425. doi: 10.1177/0276146708325388.
- Owen, D. (2008). Chronicles of wasted time? A personal reflection on the current state of, and future prospects for, social and environmental accounting research. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 21(2), 240-267. doi: <http://dx.doi.org/10.1108/09513570810854428>.
- Parker, L. D. (2005). Social and environmental accountability research: A view from the commentary box. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 18(6), 842-860. doi: <http://dx.doi.org/10.1108/09513570510627739>.
- Reynaud, E., Egri, C. P., Ralston, D. A., Danis, W., Starkus, A., Dabic, M., Wangenheim, F., Dalig, T., Castro, F., Potocan, V. V., Kavooosi, M., Molteni, M., Girson, I., Elenkov, D., Pla-Barber, J., Maignan, I., Weber, M., & Wallace, A. (2007). The differences in values between managers in the European Union founding countries and managers in the new member countries: Social orientation or market orientation? *European Management Journal*, 25(2), 132-145.
- Steurer, R., & Konrad, A. (2009). Business-society relations in Central-Eastern and Western Europe: How those who lead in sustainability reporting bridge the gap in corporate (social) responsibility. *Scandinavian Journal of Management*, 25, 23-36. doi: 10.1016/j.scaman.2008.11.001.
- UNGC (United Nations Global Compact) (2007). *After the Signature – A Guide to Engagement in the Global Compact*. UNGC.
- UNGC (United Nations Global Compact) (2008). *Corporate Citizenship in the World Economy*. UNGC.
- Williams, O. F. (2004). The UN Global Compact: The challenge and the promise. *Business Ethics Quarterly*, 14(4), 755-774. doi: <http://dx.doi.org/10.5840/beq200414432>.

Anexo

Amostra

País	Região	Empresas
Irlanda	Europa Anglo Saxónica	6
Reino Unido	Europa Anglo Saxónica	190
Andorra	Europa Central	2
Áustria	Europa Central	30
Bélgica	Europa Central	36
França	Europa Central	718
Alemanha	Europa Central	227
Liechtenstein	Europa Central	1
Luxemburgo	Europa Central	15
Mónaco	Europa Central	3
Holanda	Europa Central	74
Suíça	Europa Central	58
Albânia	Europa de Leste	2
Arménia	Europa de Leste	11
Azerbaijão	Europa de Leste	7
Bielorrússia	Europa de Leste	43
Bósnia-Herzegovina	Europa de Leste	5
Bulgária	Europa de Leste	36
Croácia	Europa de Leste	39
República Checa	Europa de Leste	10
Estónia	Europa de Leste	3
Georgia	Europa de Leste	11
Hungria	Europa de Leste	4
Kosovo	Europa de Leste	4
Látvia	Europa de Leste	9
Lituânia	Europa de Leste	57
Macedónia	Europa de Leste	12
República da Moldova	Europa de Leste	14
Montenegro	Europa de Leste	4
Polónia	Europa de Leste	48
Roménia	Europa de Leste	8
Sérvia	Europa de Leste	27
Eslováquia	Europa de Leste	7
Eslovénia	Europa de Leste	16
Ucrânia	Europa de Leste	80
Federação Russa	Europa de Leste	23
Dinamarca	Europa do Norte	225
Finlândia	Europa do Norte	39
Islândia	Europa do Norte	7
Noruega	Europa do Norte	55
Suécia	Europa do Norte	132
Chipre	Europa Mediterrânica	9
Grécia	Europa Mediterrânica	46
Itália	Europa Mediterrânica	103
Portugal	Europa Mediterrânica	39
Espanha	Europa Mediterrânica	986
Total		3.481

Fonte: Elaboração própria.